



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

segunda-feira, 22 de julho de 2019

Ano X - Edição nº 01272 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Coração de Maria publica



Praça Drº Araujo Pinho | Centro | Coração de Maria-Ba

www.pmcoracaodemaria.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
5DF8CD5A4C27AB38479CD259C16B97D3

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

SUMÁRIO

- PORTARIA Nº 201, DE 18 DE JULHO DE 2019 - Concede Licença Prêmio aos Servidores Públicos
- PORTARIA Nº 203, DE 19 DE JULHO DE 2019 - Concede Licença Maternidade
- PORTARIA Nº 202, DE 18 DE JULHO DE 2019 - Exonera Servidores Públicos para Cargo em Comissão, e dá outras providências
- AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 006/2019
- LEI Nº 46 DE 17 DE JUNHO DE 2019 - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.
- EDITAL CARTA CONVITE 006/2019
- PORTARIA DE SINDICÂNCIA Nº 204/2019
- PORTARIA DE SINDICÂNCIA Nº 205/2019

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA

Praça Araújo Pinho, 14 - Centro | Coração de Maria - Bahia | CEP: 44250-000 | CNPJ: 13883996/0001-72

**PORTARIA DE Nº 201, DE 18 DE JULHO DE 2019.****Concede Licença Prêmio aos Servidores Públicos.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 84, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o que dispõe o art. 102, da Lei Municipal nº 161/93.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por um período de três (3) meses aos seguintes Servidores Públicos.

NOME	MAT.	CARGO	SETOR	PERIODO DE GOZO
1-Ângela Maria Silva dos Santos	1204006	Professora	Educação	01/07 a 30/09/19
2-Antonia P. de Jesus Cerqueira	1204321	Aux. Serviços Gerais	Educação	01/07 a 30/09/19
3-Elisângela de Araújo Freitas	1211171	Assistente de Creche	Educação	01/07 a 30/09/19
4-Leusa Maria Marques de S. Brito	1204119	Professora	Educação	01/07 a 30/09/19
5-Maria de Fátima Adorno Aguiar	1204449	Aux. de Serviços Gerais	Educação	01/07 a 30/09/19
6-Maria José Pereira da Conceição	1204442	Aux. de Serviços Gerais	Educação	01/07 a 30/09/19
7-Marizete Souza Estrela	1204402	Aux. de Serviços Gerais	Educação	01/07 a 30/09/19
8-Valdinei Olímpio da Silva Muricy	1201006	Ass. Administrativo	Educação	01/07 a 30/09/19

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retrativos a 1º de julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coração de Maria, Bahia, 18 de Julho de 2019.

EDIMARIO PAIM DE CERQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO MURICI DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA

Av. Araújo Pinho, 14 - Centro | Coração de Maria - Bahia | CEP: 44250-000 | CNPJ: 13883996/00



PORTARIA Nº 203, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Concede Licença Maternidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 84, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade nos termos do Art. 7º inciso XVIII, da Constituição Federal, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 18/07/2019 a 19/12/19, a servidora Josilane de Oliveira Carvalho da Conceição, matrícula 1211316, no cargo de Diretora da Creche Municipal Maria Pretinha, lotada na secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coração de Maria, 19 de julho de 2019.

EDMÁRIO PAIM DE CERQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO MURICI DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

WASHINGTON LUIS FERREIRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



PRAÇA ARAÚJO PINHO, 14 - CENTRO | CORAÇÃO DE MARIA - BAHIA | CEP: 44250-000 | CNPJ: 13883996/0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA

PORTARIA DE Nº 202, DE 18 DE JULHO DE 2019.

“Exonera Servidores Públicos para Cargo em Comissão, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 84, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam os servidores abaixo relacionados com respectivos nomes e códigos de matrículas lotados na Secretaria Municipal de Educação, exonerados para os Cargos em Comissão de Diretor, Vice-Diretor Escolar, Coordenação Pedagógica conforme quadro demonstrativo a seguir:

Escola	Matricula	Nome do servidor	Cargo em comissão
Escola Centro Social de Pedras	1204095	Jaciara Pereira Vitoria	Coordenação Pedagógica
Escola Neusa Maria Sousa Santos	1211290	Lucélia Nunes de Souza Araújo	Coordenação Pedagógica

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coração de Maria, Bahia, 18 de Julho de 2019.

EDIMÁRIO PAIM DE CERQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO MURICI DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Convite



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
CNPJ Nº. 13.883.996/000-72
CARTA CONVITE Nº. 006/2019
AVISO DE LICITAÇÃO

A CPL torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Carta-Convite nº 006/2019, Processo Administrativo 462/2019, Tipo: MENOR PREÇO por Lote, Objeto: Contratação de empresa para aquisição **de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhames (botijões de gás GLP P13 kg vazio)** visando atender a Prefeitura Municipal e demais secretarias. Sessão de Abertura: às 10:00 horas do dia 30/07/2019 e será realizada na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Coração de Maria- Bahia, local Praça Araújo Pinho, 14, Centro, Coração de Maria - Ba. Maiores informações através do tel. (75) 3248-2489 das 08:00 hrs às 13:00 horas. Os interessados poderão obter o Edital na Prefeitura Municipal de Coração de Maria - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 hrs as 13:00 hrs. Coração de Maria, 22 de Julho de 2019

Sandro Murici de Oliveira
Presidente CPL
Decreto 151/2019

1

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Lei de Diretrizes Orçamentárias (Ldo)



LEI Nº 46 DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2020

Município de Coração de Maria

Praça Drº Araujo Pinho | Centro | Coração de Maria-Ba

www.pmcoracaodemaria.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
55B29480604D02624D290B2ECF319928

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



LEI Nº 46 DE 17 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE MARIA, ESTADO DA BAHIA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Coração de Maria para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art.165,§2º, da Constituição Federal combinado com os artigos 62 e 159, da Constituição Estadual e Art. 4º da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

- I- as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II- a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III- a geração de despesa;
- IV –as disposições relativas à política e às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e política de arrecadação de receitas;
- VI - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VII- as disposições finais.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - O Poder Público direcionado pelas diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (2018-2021): da inclusão social e produtiva e qualidade de vida da população; da infra-estrutura e desenvolvimento econômico e sustentável; da gestão pública de excelência, transparente e democrática e da gestão do poder legislativo, ter como prioridades:

- I – Desenvolver ações que visem o fortalecimento das políticas públicas de educação, saúde criando condições favoráveis ao atendimento da população.
- II – Promover a revitalização com reforma e construção de praças públicas de modo a resgatar a frequência das famílias nessas áreas e oferecer à comunidade a oportunidade de uma agradável convivência;
- III – Continuar melhorando a infra-estrutura do Município através pavimentações e recuperações de ruas, como também recuperar estradas vicinais.

Art. 3º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2020 são decorrentes das ações previstas no Plano Plurianual – PPA, Lei nº 27/2017, especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituído, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único – As prioridades e metas poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2020 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

§ 1º - A discriminação da receita obedecerá à estrutura e aos conceitos constantes da Portaria Interministerial nº163, de 04 de maio de 2001, com as alterações posteriores (Portaria Interministerial nº 01, de 01 de Junho de 2018 e ato nº 288/2018 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia) e demais normas complementares pertinentes, notadamente o estabelecido por Portaria conjunta STN/SOF.

§ 2º - A discriminação da despesa será efetuada por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I – classificação institucional:

- a) poder;
- b) órgão;
- c) Entidade;
- d) Unidade orçamentária.

II – classificação funcional:

- a) função;
- b) sub-função;
- c) programa;
- d) projeto, atividade ou operação especial.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 3º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 5º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades definidas para o exercício na forma do art. 2º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II - será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Seção II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 8º Para fins desta Lei conceituam-se:

I – **função** - o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II – **sub-função** - a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III – **programa** - o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – **atividade** - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – **projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



VI - **operação especial** - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - **categoria de programação** - a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - **órgão** - Entidade integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - **transposição** - o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - **remanejamento** - a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - **transferência** - o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - **reserva de contingência** - a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto na Lei nº. 4.320/1964.

XIII - **passivos contingentes** - questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - **créditos adicionais** - as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



XV - crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - crédito adicional especial – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII - unidade orçamentária - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - unidade gestora - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade.;

XXII - descentralização de créditos orçamentários - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos,

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII – provisão - ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV - descentralização interna. - é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXV - descentralização externa - é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

Art. 9º. O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observando o que dispõe a Constituição Federal em seus arts. 211 e 212 e incisos.

Art. 10. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



I – impostos a que se refere o art. 156 da Constituição Federal;

II – recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º da Constituição Federal e das transferências a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações - Lei Complementar nº 87/96;

III - receitas resultantes da cobrança da Dívida Ativa Tributária, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária decorrentes de impostos de que trata o inciso I deste parágrafo.

Art. 11. São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º, da Constituição Federal, as despesas relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, e às seguintes diretrizes:

I – acesso universal e igualitário de que trata o art. 196 da Constituição Federal e observância do princípio da gratuidade estabelecido pelo art. 43 da Lei Federal nº 8.080/90;

II – aplicações em conformidade com as metas e os objetivos explicitados no Plano de Saúde do Município; e

III – responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo em nenhuma hipótese com despesas relativas a outras políticas públicas voltadas para a melhoria dos índices sociais e econômicos em geral - renda, educação, alimentação, saneamento, lazer, habitação, etc. - que apresentem reflexos sobre as condições de saúde.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Art. 12. Atendido o que dispõe o Art. 10 da presente Lei e observado o que dispõe a Lei Complementar 141/12, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- I - vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- II - atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
- III - capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- IV - desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;
- V - produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico - odontológicos;
- VI - saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações legais;
- VII - saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- VIII - manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- IX - investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- X - remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



XI - ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XII - gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

§ 1º - Além de atender aos critérios estabelecidos nos artigos 10 e 11, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio do respectivo Fundo de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT/CF.

§ 2º - O Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde.

§ 3º - Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada neste artigo.

Art. 13. Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 9º e 10 desta Lei, e na Lei Complementar 141/12, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT/CF, as relativas a:

I - pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

II - pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;

III - assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

IV - merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. anterior;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



V - saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI - limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII - ações de assistência social;

IX - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X - ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida em Lei ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Art. 14. A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

I - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

II - informações complementares.

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I - sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º - Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

II - da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal e na Lei Complementar 141/12.

III - do quadro da dívida fundada e fluante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2018;

IV - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subseqüentes;

V - demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na forma do Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

VI - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6, 7 e 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

Art. 15. Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviços da dívida pública municipal;

III - contrapartida de convênios e financiamentos;

IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º- As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 3º - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 16. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, observando o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, cultura, meio ambiente e outras definidas em legislação específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2019 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, observado o que dispõe o art. 116 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e a Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 18 – A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido no Manual de Procedimentos das Receitas Publicas, aprovado pela Portaria Conjunta nº02, de 08 de agosto de 2007, e com a Portaria Interministerial STN/SOF nº163/2001 e com as alterações introduzidas pelas Portarias Interministerial nº05, de 25 de agosto de 2015, nº 01, de 01 de Junho de 2018 e ato nº 288/2018 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Art. 19. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definidos pela legislação vigente;

XI - De Emendas Parlamentares;

XII - de outras rendas.

Art. 20. Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, sub funções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, sub função e programa a que se refere à Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



e Gestão, alterada pela portaria SOF nº 67 de 20 de julho de 2012.

§ 2º- Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º- As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 4º- As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6º - A sub-função, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 7º - Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 - Juros e Encargos da Dívida;
- 3 - Outras Despesas Correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões Financeiras; e
- 6 - Amortização da Dívida.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 8º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

- a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
 - b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;
- ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 9º - A especificação da modalidade de que trata o § 8º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - governo estadual - **30**;
- II - administração municipal - **40**;
- III - entidade privada sem fins lucrativos - **50**;
- IV - consórcios públicos - **71**;
- V - aplicação direta - **90**; ou
- VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Sociais - **91**.

Art. 21. A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Seção III

Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 22. Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º - As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2º - Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete a administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º - O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º - A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



II - descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 5º - A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

Seção IV

Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art. 23. O Poder Legislativo encaminhará até o dia 15 de agosto de 2019, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendido os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I – o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

II – os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

I - Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2019.

Art. 24. Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2019, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 25. O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2019, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2020, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número e tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e,
- VII - data do trânsito em julgado.

Art. 26. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I - na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º. - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 2º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

§ 5º - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais.

Art. 27. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões; ou
- b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 28. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 26 desta Lei, entende-se por:

Emenda - proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser **aditiva**, **modificativa**, **substitutiva**, **aglutinativa** ou **supressiva**;

Emenda aditiva - é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa - é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Emenda substitutiva - a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa - a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva - é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda - é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente **substitutivo** – denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º - A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º - Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ...se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita**: “Suprima-se ...”, “Onde se lê ...”, “Leia-se ...”, “Acrescente-se ...”, “Dê-se ao art.... a seguinte redação”;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



c) **contexto**, em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho**, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem à matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alteração proposta.

Art. 30. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Parágrafo único O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 31. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único. Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 32. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 33. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os QDDs, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, sendo:

I - No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via Decreto, do Prefeito Municipal;

II - No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 2º - As Atividades e Projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 3º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs deverão discriminar, os Projetos e Atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 4º - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de categoria da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

I - No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto, do Prefeito Municipal;

II - No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 5º - As fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, são as definidas na Resolução nº 1268/08.TCM/BA, que dispõe sobre os procedimentos das receitas públicas, institui a Tabela Única de Destinações de Recursos/Fonte de Recursos a ser utilizada pelos municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências, apresentadas da seguinte forma:

A – DESTINAÇÃO PRIMÁRIA OU NÃO FINANCEIRA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
00	Recursos Ordinários
01	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
03	Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação
10	FCBA – Fundo de Cultura do Estado da Bahia
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



	Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
19	Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde)
28	Fundo Estadual de Assistência Social FEAS
29	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
30	FIES
42	Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta

B – DESTINAÇÃO NÃO PRIMÁRIA OU FINANCEIRA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
90	Operações de Crédito Internas
91	Operações de Crédito Externas
92	Alienação de Bens
93	Outras Receitas Não Primárias
94	Remuneração de Depósitos Bancários

Art. 34. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 35. As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO III

DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 36. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 36 e 37 desta Lei.

Art. 37. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do art. 37, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizada.

§ 3º - Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos inciso I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, alterada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98, nº 9.854, de 27.10.99 e suas alterações e atualizada pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

§ 4º - O disposto no art. 36 constitui condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 38. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 37 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º - O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º - Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 39. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 40. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 41. As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2020, com base na folha de pagamento de junho de 2019 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º- A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Art. 42. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 41 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra.

Art. 43. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 41, sem prejuízo das medidas previstas no art. 42 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º- É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º- Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia direta ou indireta, de outro ente;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 44. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 45. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I - houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 41 desta Lei;

III - forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único. O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 46. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I - educação;

II - saúde;

III - fiscalização fazendária;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



IV - assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 47. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de Lei dispendo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;

IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;

V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 48. A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentável do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 49. A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



I - ao endividamento público;

II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV - à administração e gestão financeira.

Art. 50. São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 48 desta Lei:

I - o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-la;

II - a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 52 desta Lei;

III - a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV - a limitação e contenção dos gastos públicos;

V - a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;

VI - a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 51. A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 52. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º- Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria nº 577, de 15 de outubro de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional que aprova a 1ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, estabelecendo regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais – ARF, do Anexo de Metas Fiscais – AMF, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 3º - A dívida consolidada líquida compreende as dívidas públicas consolidadas deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º - O endividamento líquido do Município não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, II, da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

§ 5º - A inobservância do limite estabelecido pela Resolução nº40/2001, do Senado Federal, sujeitará o Município às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 53. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observadas as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e externas realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Art. 55. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2019, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento específico;

IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V - contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único. Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 56. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 57. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais,

Art. 58. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



§ 1º - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - decorrentes de financiamentos;

IV - decorrentes de convênios;

V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 59. A proposta Orçamentária, observado disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00, conterà dotação global denominada “Reserva de Contingência”, sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa constituída exclusivamente dos recursos do orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida do Município realizada no exercício de 2018, apurada nos termos do inciso IV, art. 2º da já mencionada Lei Complementar nº 101/00, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive as alterações e adequações orçamentárias, via abertura de créditos adicionais, em conformidade com o disposto no § 1º do inciso III do art. 43 da Lei nº4.320/1964.

Art. 60. A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Art. 61. Integrarão a presente Lei os Anexos:

Anexo I- Macro Ações, Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

Anexo II -Metas Fiscais;

Anexo III- Riscos Fiscais.

§ 1º - A fim de dar cumprimento ao que preceitua a LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

Anexo II -Metas Fiscais

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Anexo III- Riscos Fiscais.

Anexo dos Riscos Fiscais

§ 2º - Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da atualização do Projeto da Lei do Plano Plurianual 2018/2021 e do Projeto da Lei Orçamentária 2020, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 62. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2018/2021 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais, Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 63. Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 64. Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 63 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, seus efeitos a partir de 17 de Junho de 2019 e vigorará até o dia 31/12/2020.

Art. 66. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



CORAÇÃO DE MARIA, EM 17 DE JUNHO DE 2019.

Edimario Paim de Cerqueira
Prefeito Municipal

Washington Luis Ferreira de Oliveira
Secretario Municipal de Administração

ANEXO DE PRIORIDADES DE METAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – EXERCÍCIO DE 2020

PROGRAMAS AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS 2020
PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO CENTRO DA CIDADE E NOS DISTRITOS DE ITACAVALA E RETIRO	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	M ²	20.500
RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS VICINAIS	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	450
RECUPERAÇÃO DOS POSTOS DE SAUDE DA FAMILIA E POSTO DE SAUDE VIEIRA DE MELO	POSTOS DE SAÚDE	UND	10
RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS ESCOLAS	ESCOLAS MUNICIPAIS	UND	15
REFORMAS E COSTRUÇÃO DE PRAÇAS	PRAÇAS PUBLICAS	UND	03
CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CIMITERIO DA SEDE E DOS DISTRITOS	CEMITERIOS PÚBLICOS	UND	03
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICAS EM DIVERSAS RUAS DO CENTRO DA CIDADE	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	M ²	20.000

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS

(LC Nº 101/2000, § 1º e 2º incisos I e II).

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas fiscais para o período que compreende os anos de, 2020, 2021 e 2022 levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de, 2016, 2017 e 2018 bem como a projetada até o final do ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado. Utiliza-se para o ano de 2020:

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 4,0 %;
- II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 2,65 %;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 2,5 %.

A título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação bem como a variação média de crescimento dos três últimos exercícios.

Quanto às despesas, seu crescimento foi projetado segundo os mesmos critérios indicados nos dois itens anteriores, estando as despesas com Pessoal e Encargos de acordo com os limites estabelecidos nos Artigo(s) 19 e 20 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

O item “Outras Despesas Correntes” concentra um volume de gastos compatível com a dimensão da cidade, estando neles computados todos os custos com a manutenção da sede, distritos e povoados, unidades de saúde etc.;

Quanto aos valores estimados para o atendimento dos gastos com o “Serviço da Dívida”, que compreende o somatório dos encargos e amortizações, estão dentro dos limites estabelecidos na Resolução Nº 40/2001, do Senado Federal;

A estimativa do “Resultado Primário” e do “Resultado Nominal” foi feita adotando-se os critérios usados até a presente data.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



Codigo	Descrição	REALIZADO			PROGRAMADO			
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
10000000000	Receitas Correntes	44.098.800,93	45.427.391,39	52.160.870,14	53.826.181,00	55.621.496,49	57.707.302,92	59.871.327,03
11000000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.840.848,34	1.871.053,02	2.578.936,58	2.826.340,00	2.901.646,80	3.010.458,56	3.123.350,75
11100000000	Impostos	1.727.627,80	1.749.440,40	2.407.612,47	2.620.821,00	2.725.653,84	2.827.865,86	2.933.910,83
11130000000	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	415.892,46	599.592,94	819.426,31	687.608,00	715.112,32	741.929,03	769.751,37
11130300000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	415.892,46	599.592,94	819.426,31	687.608,00	715.112,32	741.929,03	769.751,37
11130310000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	278.135,48	482.014,65	479.072,27	538.270,00	559.800,80	580.793,33	602.573,08
11130311000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	278.135,48	482.014,65	479.072,27	538.270,00	559.800,80	580.793,33	602.573,08
11130340000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	137.756,98	117.578,29	340.354,04	149.338,00	155.311,52	161.135,70	167.178,29
11130341000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	137.756,98	117.578,29	340.354,04	149.338,00	155.311,52	161.135,70	167.178,29
11180000000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	1.311.735,34	1.149.847,46	1.588.186,16	1.933.213,00	2.010.541,52	2.085.936,83	2.164.159,46
11180100000	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	354.613,41	195.759,12	312.314,42	254.021,00	264.181,84	274.088,66	284.366,98
11180110000	Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana	18.855,14	69.053,11	118.286,79	139.625,00	145.210,00	150.655,38	156.304,95
11180110000	Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	15.498,76	62.653,33	71.232,51	80.531,00	83.752,24	86.892,95	90.151,43
11180112	Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros				521,00	541,84	562,16	583,24
11180130000	Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	3.356,38	6.399,78	47.054,28	57.530,00	59.831,20	62.074,87	64.402,68
11180114	Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros				1.043,00	1.084,72	1.125,40	1.167,60
11180140000	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	335.758,27	126.706,01	194.027,63	114.396,00	118.971,84	123.433,28	128.062,03
11180141000	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	335.758,27	126.706,01	194.027,63	112.833,00	117.346,32	121.746,81	126.312,31
11180142	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros				521,00	541,84	562,16	583,24
11180143	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa				521,00	541,84	562,16	583,24
11180144	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros				521,00	541,84	562,16	583,24
11180200000	Imposto Sobre Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	957.121,93	954.088,34	1.275.871,74	1.679.192,00	1.746.359,68	1.811.848,17	1.879.792,47
11180230000	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	957.121,93	954.088,34	1.275.871,74	1.679.192,00	1.746.359,68	1.811.848,17	1.879.792,47
11180231000	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - Principal	957.121,93	954.088,34	1.150.401,79	1.562.595,00	1.625.098,80	1.686.040,01	1.749.266,51
11180230	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - Multas e Juros				521,00	541,84	562,16	583,24
11180230	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			372,96	667,00	693,68	719,69	746,68
11180230	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				521,00	541,84	562,16	583,24
11180299	SNA - Simples Nacional			125.096,99	114.888,00	119.483,52	123.964,15	128.612,81
11200000000	Taxas	113.220,54	121.612,62	171.324,11	169.518,00	175.992,96	182.592,70	189.439,92
11210000000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	95.729,75	107.301,75	157.019,54	157.477,00	163.470,32	169.600,46	175.960,47
11210100000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	88.430,68	97.363,70	137.672,34	140.349,00	145.962,96	151.436,57	157.115,44
11210110000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	88.430,68	97.363,70	137.508,02	140.349,00	145.962,96	151.436,57	157.115,44
11210110000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	88.430,68	97.363,70	137.508,02	140.349,00	145.962,96	151.436,57	157.115,44

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

11210112	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros				164,32	-	-	-	-
11210220000	Taxa de Fiscalização e Funcionamento					294,00			
112102210000	Taxa de Fiscalização e Funcionamento					294,00			
11210400000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	7.299,07	9.938,05	19.347,20	16.834,00	17.507,36	18.163,89	18.845,03	
112104010000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	7.299,07	9.938,05	19.347,20	16.834,00	17.507,36	18.163,89	18.845,03	
11220000000	Taxa Pela Prestação de Serviços	17.490,79	14.310,87	14.304,57	12.041,00	12.522,64	12.992,24	13.479,45	
112201000000	Taxa Pela Prestação de Serviços	17.490,79	14.310,87	14.304,57	12.041,00	12.522,64	12.992,24	13.479,45	
112201100000	Taxa Pela Prestação de Serviços	17.490,79	14.310,87	14.304,57	12.041,00	12.522,64	12.992,24	13.479,45	
112201110000	Taxa Pela Prestação de Serviços - Principal	17.490,79	14.310,87	14.304,57	12.041,00	12.522,64	12.992,24	13.479,45	
113000000	Contribuição de Melhoria	-	-	-	36.001,00	37.441,04	38.845,08	40.301,77	
113800000000	Contribuição de Melhoria - Especifica de Estados, DF e Municípios	-	-	-	36.001,00	37.441,04	38.845,08	40.301,77	
113802000000	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	-	-	-	36.001,00	37.441,04	38.845,08	40.301,77	
113802100000	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Principal	-	-	-	36.001,00	37.441,04	38.845,08	40.301,77	
113802110000	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Principal	-	-	-	36.001,00	37.441,04	38.845,08	40.301,77	
1200000000000	Contribuições	2.038.019,48	1.871.032,17	2.075.307,47	2.081.118,00	2.164.362,72	2.245.526,32	2.329.733,56	
12100000000000	Contribuições Sociais	2.038.019,48	1.871.032,17	2.075.307,47	2.081.118,00	2.164.362,72	2.245.526,32	2.329.733,56	
12180000000000	Contribuição Social Especifica de Estados, DF e Municípios	2.038.019,48	1.871.032,17	2.075.307,47	2.081.118,00	2.164.362,72	2.245.526,32	2.329.733,56	
12180100000000	Contribuição do Servidor Civil para o plano de Segurança Social - CPSSS Especifico de EST/DF/MUN	2.038.019,48	1.871.032,17	2.075.307,47	2.081.118,00	2.164.362,72	2.245.526,32	2.329.733,56	
12180111000000	Contribuição do Servidor Ativo - Principal	2.038.019,48	1.871.032,17	2.075.307,47	2.081.118,00	2.164.362,72	2.245.526,32	2.329.733,56	
130000000000	Receita Patrimonial	131.642,51	86.036,91	26.237,85	40.073,00	31.509,92	32.691,54	33.917,47	
132000000000	Valores Mobiliários	131.642,51	86.036,91	26.237,85	40.073,00	31.509,92	32.691,54	33.917,47	
132100000000	Juros e Correções Monetárias	131.642,51	86.036,91	26.237,85	40.073,00	31.509,92	32.691,54	33.917,47	
132100100000	Remuneração de Depósitos Bancários	131.642,51	86.036,91	26.237,85	40.073,00	31.509,92	32.691,54	33.917,47	
132100110000	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados - Principal	131.642,51	86.036,91	26.237,85	40.073,00	31.509,92	32.691,54	33.917,47	
132100110100	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	123.239,29	76.076,86	24.040,28	38.152,00	29.512,08	30.618,78	31.766,99	
132100110101	Remuneração de Depósitos Recursos Vinculados - Royalties Principal	-	-	-	1.043,00	1.084,72	1.125,40	1.167,60	
132100110102	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados a Educação - FUNDEB Principal	13.070,54	13.597,63	2.913,04	2.365,00	2.459,60	2.551,84	2.647,53	
132100110103	Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo de Saúde Principal	25.807,45	22.575,56	4.780,84	5.181,00	5.388,24	5.590,30	5.799,94	
132100110104	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados a Educação - MDE 25%	42.827,20	19.351,04	5.470,46	2.793,00	2.904,72	3.013,65	3.126,66	
132100110105	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados a Saúde - ASPS	1.149,11	910,03	550,39	389,00	404,56	419,73	435,47	
132100110106	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - CIDE Principal	-	-	-	125,00	-	-	-	
132100110107	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FNAS	5.334,91	3.975,87	1.749,29	9.129,00	-	-	-	
132100110108	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados a Educação - FNDE	15.407,56	-	772,35	4.524,00	4.704,96	4.881,40	5.064,45	
132100110109	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Assistência Social do Servidor-Principal	-	-	-	521,00	-	-	-	
132100110110	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Assistência à Saúde do Servidor-Principal	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24	
132100110111	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - RPPS -Principal	1.051,51	3.619,60	814,29	1.449,00	1.506,96	1.563,47	1.622,10	
132100110112	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados a Educação - QSE	1.057,34	-	587,28	217,00	225,68	234,14	242,92	
132100110199	Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Principal	17.533,67	12.047,13	6.402,34	9.895,00	10.290,80	10.676,71	11.077,08	
132100110200	Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	8.403,22	9.960,05	2.197,57	1.921,00	1.997,84	2.072,76	2.150,49	
132100110201	Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados Depósitos de poupança - Principal	-	-	-	104,00	108,16	112,22	116,42	

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

132100110299	Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	8.403,22	9.960,05	2.197,57	1.817,00	1.889,68	1.960,54	2.034,06
160000000000	Receita de Serviços	1.011.521,80	1.347,52	-	2.086,00	2.169,44	2.250,79	2.335,20
161000000000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.011.521,80	1.347,52	-	2.086,00	2.169,44	2.250,79	2.335,20
161001100000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.011.521,80	1.347,52	-	2.086,00	2.169,44	2.250,79	2.335,20
161001100000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.011.521,80	1.347,52	-	2.086,00	2.169,44	2.250,79	2.335,20
170000000000	Transferências Correntes	39.034.485,99	41.270.913,97	47.162.049,36	48.840.108,00	50.484.933,20	52.378.118,20	54.342.297,63
171000000000	Transferências da União e de suas Entidades	24.466.515,83	25.833.029,74	31.210.191,55	33.916.077,00	35.272.720,08	36.595.447,08	37.967.776,35
171800000000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	24.466.515,83	25.833.029,74	31.210.191,55	33.916.077,00	35.272.720,08	36.595.447,08	37.967.776,35
171801000000	Participação na Receita da União	17.723.899,55	20.012.762,99	21.340.897,95	23.145.580,00	24.071.403,20	24.974.080,82	25.910.608,85
171801200000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	16.540.535,83	18.346.889,74	21.331.604,81	21.364.000,00	22.218.560,00	23.051.756,00	23.916.196,85
171801210000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	16.540.535,83	18.346.889,74	21.331.604,81	21.364.000,00	22.218.560,00	23.051.756,00	23.916.196,85
171801300000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de Dezembro	686.512,26	815.469,88	-	893.062,00	928.784,48	963.613,90	999.749,42
171801310000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de Dezembro - Principal	686.512,26	815.469,88	-	893.062,00	928.784,48	963.613,90	999.749,42
171801400000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de Julho	488.249,46	841.348,09	-	886.031,00	921.472,24	956.027,45	991.878,48
171801410000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	488.249,46	841.348,09	-	886.031,00	921.472,24	956.027,45	991.878,48
171801510000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	8.602,00	9.055,28	9.293,14	2.487,00	2.586,48	2.683,47	2.784,10
171802000000	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	237.970,37	297.171,15	387.560,82	448.246,00	466.175,84	483.657,43	501.794,59
171802610000	Cota-Parte do Fundo Especial de Petróleo - FEP - Principal	138.891,28	213.155,34	326.330,44	355.484,00	369.703,36	383.567,24	397.951,01
171802911000	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFM	81.661,09	66.943,28	41.615,05	73.644,00	76.589,76	79.461,88	82.441,70
171802912000	Cota-Parte Royalties pela Participação Especial Lei nº 9.478/97	17.418,00	17.072,53	19.615,33	19.118,00	19.882,72	20.628,32	21.401,88
171803000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco de Custeio das Ações dos Serviços Públicos de Saúde	-	-	4.225.718,56	4.355.974,00	4.530.212,96	4.700.095,95	4.876.349,54
171803100000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	-	-	3.410.878,75	3.244.162,00	3.373.928,48	3.500.450,80	3.631.717,70
171803110000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	-	-	3.410.878,75	3.244.162,00	3.373.928,48	3.500.450,80	3.631.717,70
171803200000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	-	483.660,00	552.001,00	574.081,04	595.609,08	617.944,42
171803210000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	-	-	483.660,00	552.001,00	574.081,04	595.609,08	617.944,42
171803300000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	-	-	197.477,30	201.526,00	209.587,04	217.446,55	225.600,80
171803310000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	-	-	197.477,30	201.526,00	209.587,04	217.446,55	225.600,80
171804000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	-	-	133.702,51	139.451,00	145.029,04	150.467,63	156.110,17
171804100000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	-	-	133.702,51	139.451,00	145.029,04	150.467,63	156.110,17
171809000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	-	-	-	218.834,00	227.587,36	236.121,89	244.976,46
171803910000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	-	-	-	218.834,00	227.587,36	236.121,89	244.976,46
171805000000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.678.369,97	1.616.358,04	1.455.187,30	1.298.935,00	1.350.892,40	1.401.550,87	1.454.109,02
171805100000	Transferência do Salário Educação	497.188,14	491.321,13	511.751,22	540.935,00	562.572,40	583.668,87	605.556,45
171805110000	Transferências do Salário-Educação - Principal	497.188,14	491.321,13	511.751,22	540.935,00	562.572,40	583.668,87	605.556,45
171805300000	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	490.578,00	435.017,20	335.478,60	242.000,00	251.680,00	261.118,00	270.909,93
171805310000	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	490.578,00	435.017,20	335.478,60	242.000,00	251.680,00	261.118,00	270.909,93

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

171805400000	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Principal	456.384,96	430.526,70	482.069,90	416.000,00	432.640,00	448.864,00	465.696,40
171805410000	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Principal	456.384,96	430.526,70	482.069,90	416.000,00	432.640,00	448.864,00	465.696,40
171805900000	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - Principal	234.218,87	259.493,01	125.887,58	100.000,00	104.000,00	107.900,00	111.946,25
171805910000	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - Principal	234.218,87	259.493,01	125.887,58	100.000,00	104.000,00	107.900,00	111.946,25
171806000000	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	11.726,64	11.830,32	11.980,08	12.495,00	12.994,80	13.482,11	13.987,68
171806100000	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/97	11.726,64	11.830,32	11.980,08	12.495,00	12.994,80	13.482,11	13.987,68
171806110000	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/97 - Principal	11.726,64	11.830,32	11.980,08	12.495,00	12.994,80	13.482,11	13.987,68
171808000000	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	-	-	-	52.150,00	54.236,00	56.269,85	58.379,97
171808100000	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	-	-	-	52.150,00	54.236,00	56.269,85	58.379,97
171808110000	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal	-	-	-	52.150,00	54.236,00	56.269,85	58.379,97
171809000000	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	3.808.574,73	3.196.025,27	2.808.380,55	3.229.974,00	3.359.172,96	3.485.141,95	3.615.834,77
171809100000	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	3.808.574,73	3.196.025,27	2.808.380,55	3.229.974,00	3.359.172,96	3.485.141,95	3.615.834,77
171809110000	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	3.808.574,73	3.196.025,27	2.808.380,55	3.229.974,00	3.359.172,96	3.485.141,95	3.615.834,77
171809110100	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	3.808.574,73	3.196.025,27	2.808.380,55	3.229.974,00	3.359.172,96	3.485.141,95	3.615.834,77
171810000000	Transferências de Convênios da União e Suas Entidades	297.799,63	-	218.031,85	52.150,00	54.236,00	56.269,85	58.379,97
171810910000	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	297.799,63	-	218.031,85	52.150,00	54.236,00	56.269,85	58.379,97
171812000000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	685.050,09	653.954,04	760.872,01	1.317.613,00	1.370.317,52	1.421.704,43	1.475.018,34
171812100000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	685.050,09	653.954,04	760.872,01	1.317.613,00	1.370.317,52	1.421.704,43	1.475.018,34
17181211000000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	685.050,09	653.954,04	760.872,01	1.317.613,00	1.370.317,52	1.421.704,43	1.475.018,34
17181211000001	Programa Primeira Infância	-	48.750,00	-	129.572,00	134.754,88	139.808,19	145.051,00
17181211000002	Programa BPC na Escola	-	-	-	709,00	737,36	765,01	793,70
17181211000003	Piso de Média Complexidade - PAEFI	-	84.500,00	-	105.369,00	109.583,76	113.693,15	117.956,64
17181211000004	Piso de Alta Complexidade I	103.380,00	12.500,00	-	31.290,00	32.541,60	33.761,91	35.027,98
17181211000005	Piso Básico Variável - SCFV	157.500,00	210.000,00	52.500,00	373.317,00	388.249,68	402.809,04	417.914,38
17181211000006	PSB - Piso Básico Fixo	258.300,00	100.800,00	241.500,00	222.790,00	231.701,60	240.390,41	249.405,05
17181211000007	Índice de Gestão Descentralizada IGD SUAS	32.198,45	32.934,59	39.853,68	32.307,00	33.599,28	34.859,25	36.166,47
17181211000008	Índice de Gestão Descentralizada IGD BF	133.351,64	164.469,45	128.474,28	147.934,00	153.851,36	159.620,79	165.606,57
	PSE-Proteção Social Especial	-	-	97.000,00	30.000,00	31.200,00	32.370,00	33.583,88
	Programa Criança Feliz	-	-	103.659,00	-	-	-	-
17181211000009	Outras Transferências do FNAS	320,00	-	97.885,05	244.325,00	254.098,00	263.626,68	273.512,68
171899000000	Outras Transferências da União	23.124,85	44.927,93	1.562,43	2.960,00	3.078,40	3.193,84	3.313,61
171899100000	Outras Transferências da União	23.124,85	44.927,93	1.562,43	2.960,00	3.078,40	3.193,84	3.313,61
171899110000	Outras Transferências da União - Principal	23.124,85	44.927,93	1.562,43	2.960,00	3.078,40	3.193,84	3.313,61
172000000000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	5.182.012,66	6.009.604,99	5.676.594,79	4.872.031,00	4.758.133,12	4.936.563,11	5.121.684,23
172800000000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	5.182.012,66	6.009.604,99	5.676.594,79	4.872.031,00	4.758.133,12	4.936.563,11	5.121.684,23
172801000000	Participação na Receita do Estado	3.512.781,01	3.838.428,93	4.411.463,84	4.151.916,00	4.317.992,64	4.479.917,36	4.647.914,27

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

172801100000	Cota - Parte do ICMS	3.049.406,05	3.305.899,20	3.851.955,23	3.566.665,00	3.709.331,60	3.848.431,54	3.992.747,72
172801110000	Cota-Parte do ICMS - Principal	3.049.406,05	3.305.899,20	3.851.955,23	3.566.665,00	3.709.331,60	3.848.431,54	3.992.747,72
171801200000	Cota - Parte do IPVA	400.593,76	448.804,11	485.429,21	481.894,00	501.169,76	519.963,63	539.462,26
172801210000	Cota-Parte do IPVA - Principal	400.593,76	448.804,11	485.429,21	481.894,00	501.169,76	519.963,63	539.462,26
171801300000	Cota - Parte do IPI - Municípios	26.409,80	31.448,55	31.978,66	33.121,00	34.445,84	35.737,56	37.077,72
172801310000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	26.409,80	31.448,55	31.978,66	33.121,00	34.445,84	35.737,56	37.077,72
171801400000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	36.371,33	52.277,07	42.100,74	64.921,00	70.049,76	72.676,62	72.676,62
172801410000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	36.371,33	52.277,07	42.100,74	64.921,00	70.049,76	72.676,62	72.676,62
172801900000	Outras Transferências dos Estados	0,07	-	-	5.315,00	5.527,60	5.734,89	5.949,94
172801910000	Outras Transferências dos Estados- Principal	0,07	-	-	5.315,00	5.527,60	5.734,89	5.949,94
172803000000	Transferência de recurso do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	261.373,33	167.878,03	220.179,62	199.493,00	207.472,72	215.252,95	223.324,93
172803100000	Transferência de recurso do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal	261.373,33	167.878,03	220.179,62	199.493,00	207.472,72	215.252,95	223.324,93
172803110000	Transferência de recurso do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal	261.373,33	167.878,03	220.179,62	199.493,00	207.472,72	215.252,95	223.324,93
172803110100	AIH/SUS - BI Aten Mac	13.938,25	-	-	8.619,00	8.963,76	9.299,90	9.648,65
172803110200	SAI/SUS - BI Aten Mac	-	-	33.897,73	-	-	-	-
172803110300	PSF - BI AtenMac Programa Saúde da Família Estadual	159.000,00	129.000,00	147.000,00	135.173,00	140.579,92	145.851,67	151.321,10
172803119900	Outras Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde	88.435,08	38.878,03	39.281,89	55.701,00	57.929,04	60.101,38	62.355,18
17280700000000	Transferências de Estados destinados a Assistência Social	-	-	-	296.903,00	308.779,12	320.358,34	332.371,77
17280710000000	Transferências de Estados destinados a Assistência Social - Principal	-	-	-	296.903,00	308.779,12	320.358,34	332.371,77
17280711000000	Apoio ao Município com Cofinanciamento da Proteção Social de Média Complexidade	-	-	-	45.058,00	46.860,32	48.617,58	50.440,74
17280711000002	Apoio ao Município com Cofinanciamento da Proteção Social de Alta Complexidade	-	-	-	206.000,00	214.240,00	222.274,00	230.609,28
17280711000003	Apoio ao Município com Cofinanciamento da Concessão de Benefícios Eventuais	-	-	-	7.909,00	7.289,36	7.562,71	7.846,31
17280711000004	Apoio ao Município com Cofinanciamento da Proteção Social Básica - PBV	-	-	-	18.836,00	19.589,44	20.324,04	21.086,20
17280711000005	Apoio ao Município com Cofinanciamento da Proteção Social Básica - PBF	-	-	-	20.000,00	20.800,00	21.580,00	22.389,25
172810000000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	396.646,20	347.933,57	650.388,56	154.300,00	160.472,00	166.489,70	172.733,06
172810200000	Transferências de Convênios dos Estados Destinados a Programas de Educação	396.646,20	347.933,57	650.388,56	154.300,00	160.472,00	166.489,70	172.733,06
172810210000	Transferências de Convênios dos Estados Destinados a Programas de Educação - Principal	396.646,20	347.933,57	650.388,56	154.300,00	160.472,00	166.489,70	172.733,06
17281021000001	Transf. de Conv. do Estado -Destinado a Prog. Edu	-	-	-	50.000,00	52.000,00	53.950,00	55.973,13
17281021000002	Transf. de Conv. do Estado -Destinado a Prog. Educação PETE	-	-	650.388,56	104.300,00	108.472,00	112.539,70	116.759,94
172810900000	Outras transferências dos Estados	-	-	178.164,29	-	-	-	-
172810910000	Outras Transferências de Convênios dos Estados - Principal	-	-	178.164,29	-	-	-	-
172899000000	Outras Transferências dos Estados	1.011.212,12	1.655.364,46	216.398,48	69.419,00	72.195,76	74.903,10	77.711,97
172899100000	Outras Transferências do Estado	1.011.212,12	1.655.364,46	216.398,48	69.419,00	72.195,76	74.903,10	77.711,97
172899110000	Outras Transferências do Estado - Principal	1.011.212,12	1.655.364,46	216.398,48	69.419,00	72.195,76	74.903,10	77.711,97
172899110100	Transferência FCBA	8.470,89	3.277,33	11.798,48	4.086,00	4.249,44	4.408,79	4.574,12
172899119900	Demais Transferências do Estado	1.002.741,23	1.652.087,13	204.600,00	65.333,00	67.946,32	70.494,31	73.137,84
175000000000	Transferências de Outras Instituições Públicas	9.385.957,50	9.428.279,24	10.275.263,02	10.052.000,00	10.454.080,00	10.846.108,00	11.252.837,05
175000000000	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica Estados, DF e Municípios	9.385.957,50	9.428.279,24	10.275.263,02	10.052.000,00	10.454.080,00	10.846.108,00	11.252.837,05
175801000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	9.385.957,50	9.428.279,24	10.275.263,02	10.052.000,00	10.454.080,00	10.846.108,00	11.252.837,05
175801100000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	9.385.957,50	9.428.279,24	10.275.263,02	10.052.000,00	10.454.080,00	10.846.108,00	11.252.837,05

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

175801110000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	9.385.957,50	9.428.279,24	10.275.263,02	10.052.000,00	10.454.080,00	10.846.108,00	11.252.837,05
190000000000	Outras Receitas Correntes	42.282,81	327.007,80	318.338,88	36.456,00	36.874,41	38.257,51	39.692,42
191000000000	Multas Administrativas Contratuais e Judiciais	26.319,88	61.137,97	16.668,28	12.064,00	11.506,56	11.938,06	12.385,73
191001000000	Multas Previstas em Legislação Específica	-	-	-	7.297,00	7.588,88	7.873,46	8.168,72
191001100000	Multas Previstas em Legislação Específica	-	-	-	7.297,00	7.588,88	7.873,46	8.168,72
19100110000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-	-	-	3.650,00	3.796,00	3.938,35	4.086,04
19100110000001	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
19100110000002	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
19100110000003	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
19100110000004	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
19100110000005	Multas Previstas em Legislação Específica - Juros de Mora	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
19100110000006	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas da Dívida Ativa	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
19100110000007	Multas Previstas em Legislação Específica - Juros de Mora da Dívida Ativa	-	-	-	521,00	541,84	562,16	583,24
191007000000	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas	26.319,88	61.137,97	16.668,28	4.767,00	3.917,68	4.064,59	4.217,02
191007100000	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas	26.319,88	61.137,97	16.668,28	4.767,00	3.917,68	4.064,59	4.217,02
191007100000	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas - Principal	26.319,88	61.137,97	16.668,28	4.767,00	3.917,68	4.064,59	4.217,02
191007110100	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas - Principal- TCMBA	26.319,88	61.137,97	16.668,28	3.767,00	3.917,68	4.064,59	4.217,02
191007120000	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas - Multas e Juros de Mora	-	-	-	500,00	520,00	539,50	559,73
191007120100	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas - Multas e Juros de Mora TCM/BA	-	-	-	500,00	520,00	539,50	559,73
191007130000	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas - Dívida Ativa	-	-	-	500,00	500,00	518,75	538,20
191007130100	Multas Aplicadas Pelo Tribunal de Contas - Dívida Ativa- TCM/BA	-	-	-	500,00	500,00	518,75	538,20
192000000000	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.355,53	218.078,13	298.831,54	17.693,00	18.400,72	19.090,75	19.896,65
192100000000	Indenizações	-	-	-	1.000,00	1.040,00	1.079,00	1.119,46
192199000000	Outras Indenizações	-	-	-	1.000,00	1.040,00	1.079,00	1.119,46
192199110000	Outras Indenizações - Principal	-	-	-	1.000,00	1.040,00	1.079,00	1.119,46
192200000000	Restituições	15.355,53	218.078,13	294.684,40	16.693,00	17.360,72	18.011,75	18.687,19
192201100000	Restituições de Convênios	-	-	-	1.043,00	1.084,72	1.125,40	1.167,60
192201100000	Restituições de Convênios - Primárias	-	-	-	1.043,00	1.084,72	1.125,40	1.167,60
192201100100	Restituições de Convênios - Primárias - Principal	-	-	-	1.043,00	1.084,72	1.125,40	1.167,60
192299000000	Outras Restituições	15.355,53	218.078,13	294.684,40	15.650,00	16.276,00	16.886,35	17.519,59
192299100000	Outras Restituições	15.355,53	218.078,13	294.684,40	15.650,00	16.276,00	16.886,35	17.519,59
192299110000	Outras Restituições - Principal	15.355,53	218.078,13	294.684,40	15.650,00	16.276,00	16.886,35	17.519,59
193000000000	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	4.147,14	-	-	-	-
	Receita da Dívida Ativa de outros Tributos	-	-	4.147,14	-	-	-	-
199000000000	Demais Receitas Correntes	607,40	47.791,70	2.839,06	6.699,00	6.967,13	7.228,71	7.500,03
199099000000	Outras Receitas	607,40	47.791,70	2.839,06	6.699,00	6.967,13	7.228,71	7.500,03
199099100000	Outras Receitas - Primárias - Principal	607,40	47.791,70	2.839,06	6.699,00	6.967,13	7.228,71	7.500,03
200000000000	Receitas de Capital	777.121,03	481.068,31	886.387,68	2.719.686,00	2.776.473,44	2.880.591,19	2.988.613,36
211000000000	Operações de Crédito	-	-	-	50.000,00	52.000,00	53.950,00	55.973,13
211801100000	Operações de Crédito Internas-Principal	-	-	-	50.000,00	52.000,00	53.950,00	55.973,13
240000000000	Transferências de Capital	777.121,03	481.068,31	886.387,68	2.669.686,00	2.776.473,44	2.880.591,19	2.988.613,36
241000000000	Transferência da União e suas Entidades	777.121,03	481.068,31	746.387,68	2.243.600,00	2.333.344,00	2.420.844,40	2.511.626,07
241800000000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	777.121,03	481.068,31	746.387,68	2.243.600,00	2.333.344,00	2.420.844,40	2.511.626,07

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

241804000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	-	-	609.812,64	584.300,00	607.672,00	630.459,70	654.101,94
241804100000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - destinados a Atenção Básica	-	-	609.812,64	480.000,00	499.200,00	517.920,00	537.342,00
241804110000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - destinados a Atenção Básica - Principal	-	-	609.812,64	480.000,00	499.200,00	517.920,00	537.342,00
241804200000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - destinados a Atenção Especializada - Principal	-	-	-	104.300,00	108.472,00	112.539,70	116.759,94
241804210000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - destinados a Atenção Especializada - Principal	-	-	-	104.300,00	108.472,00	112.539,70	116.759,94
241805000000	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	377.493,03	414.096,31	136.575,04	104.300,00	108.472,00	112.539,70	116.759,94
241805100000	Transferência de Recursos Destinados a Programas de Educação	377.493,03	414.096,31	136.575,04	104.300,00	108.472,00	112.539,70	116.759,94
241805110000	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	377.493,03	414.096,31	136.575,04	104.300,00	108.472,00	112.539,70	116.759,94
241810000000	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	399.628,00	66.972,00	-	1.555.000,00	1.617.200,00	1.677.845,00	1.740.764,19
241810100000	Transferências de Convênios da União para o sistema único de Saúde - SUS	-	-	-	355.000,00	369.200,00	383.045,00	397.409,19
241810110000	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	-	-	-	355.000,00	369.200,00	383.045,00	397.409,19
241810200000	Transferências de Convênio da União Destinados a Programas de Educação	125.000,00	-	-	100.000,00	104.000,00	107.900,00	111.946,25
241810210000	Transferências de Convênio da União Destinados a Programas de Educação - Principal	125.000,00	-	-	100.000,00	104.000,00	107.900,00	111.946,25
241810900000	Outras Transferências de Convênios da União	274.628,00	66.972,00	-	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75
241810910000	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	274.628,00	66.972,00	-	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75
242000000000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	-	-	140.000,00	426.086,00	443.129,44	459.746,79	476.987,30
242800000000	Transferências dos Estados, do Distrito Federal e suas Entidades	-	-	140.000,00	426.086,00	443.129,44	459.746,79	476.987,30
242810000000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	-	-	140.000,00	426.086,00	443.129,44	459.746,79	476.987,30
242810900000	Outras Transferências de Convênios dos Estados	-	-	140.000,00	426.086,00	443.129,44	459.746,79	476.987,30
242810910000	Outras Transferências de Convênios dos Estados - Principal	-	-	140.000,00	426.086,00	443.129,44	459.746,79	476.987,30
700000000000	RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	1.962.971,16	3.202.089,60	3.141.176,25	3.892.965,00	4.048.683,60	4.200.509,24	4.358.028,33
721029010000	Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	1.962.971,16	2.008.986,14	2.154.413,33	2.572.965,00	2.675.883,60	2.776.229,24	2.880.637,83
721029020000	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	-	1.193.103,46	986.762,92	1.320.000,00	1.372.800,00	1.424.280,00	1.477.690,50
900000000000	Dedução da Receita	(3.993.664,96)	(4.424.500,74)	(4.794.009,89)	(5.415.150,40)	(5.288.928,53)	(5.487.263,35)	(5.693.035,72)
970000000000	Dedução da Receita Corrente	(3.993.664,96)	(4.424.500,74)	(4.794.009,89)	(5.415.150,40)	(5.288.928,53)	(5.487.263,35)	(5.693.035,72)
971000000000	Dedução da Receita Corrente - União	(3.303.666,09)	(3.673.554,59)	(3.926.534,08)	(4.605.438,60)	(4.446.828,26)	(4.613.584,32)	(4.786.593,79)
971801210000	Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	(3.299.600,49)	(3.669.377,58)	(3.922.279,63)	(4.602.442,20)	(4.443.712,00)	(4.610.351,20)	(4.783.239,37)
971801510000	Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(1.720,29)	(1.810,97)	(1.858,53)	(497,40)	(517,30)	(536,69)	(556,82)
971806110000	Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS - Desoneração	(2.345,31)	(2.366,04)	(2.395,92)	(2.499,00)	(2.598,96)	(2.696,42)	(2.797,54)
972000000000	Dedução da Receita Corrente - Estado	(689.998,87)	(750.946,15)	(867.475,81)	(809.711,80)	(842.100,27)	(873.679,03)	(906.442,00)
972801110000	Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	(609.880,98)	(661.179,60)	(770.390,80)	(713.333,00)	(741.866,32)	(769.686,31)	(798.549,54)
972801210000	Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	(80.117,89)	(89.766,05)	(97.085,01)	(96.378,80)	(100.233,95)	(103.992,73)	(107.892,45)
TOTAL GERAL		42.845.228,16	44.686.048,56	51.394.424,18	55.023.681,60	57.157.725,00	59.301.140,00	61.524.933,00
RCL		40.105.135,97	41.002.890,65	47.366.860,25	48.411.030,60	50.332.567,96	52.220.039,57	54.178.291,30

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA DESPESAS 2020

Pessoal e Encargos

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	21.663.271,75	43,01
2017	24.265.240,76	12,01
2018	25.120.412,25	3,52
2019	23.367.435,27	(6,98)
2020	25.820.607,36	10,50
2021	26.788.880,14	3,75
2022	27.793.463,14	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando limite estabelecido pela LRF.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	38.708,09	-
2017	21.192,78	-
2018	108.911,48	-
2019	104.000,00	-
2020	108.160,00	4,00
2021	112.216,00	3,75
2022	116.424,10	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconomico apresentada no demonstrativo I

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	16.310.608,86	86,51
2017	14.482.180,66	(11,21)
2018	15.848.699,67	9,44
2019	16.730.755,56	5,57
2020	17.399.985,78	4,00
2021	18.052.485,25	3,75
2022	18.729.453,45	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconomico apresentada no demonstrativo I

Despesas de Capital (investimentos)

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	990.020,90	(80,09)
2017	1.084.852,13	9,58
2018	922.181,54	(14,99)
2019	4.099.316,00	344,52
2020	4.263.288,64	4,00
2021	4.423.161,96	3,75
2022	4.589.030,54	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconomico apresentada no demonstrativo I

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Despesas de Capital (inversões financeiras)

Metas Anuais	Valor Nominal	%
2016	-	-
2017	-	-
2018	-	-
2019	3.750,00	-
2020	3.900,00	4,00
2021	4.046,25	3,75
2022	4.197,98	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconomico apresentada no demonstrativo I

Despesa de Capital (Amortização da Dívida)

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	401.276,62	-
2017	3.180.781,16	-
2018	1.682.656,07	-
2019	547.918,93	-
2020	569.835,69	4,00
2021	591.204,53	3,75
2022	613.374,70	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconomico apresentada no demonstrativo I

Aplicações Diretas - Instituto de Previdência

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	3.616.045,10	-
2017	7.100.852,73	-
2018	7.873.303,03	-
2019	9.803.441,84	-
2020	8.610.200,97	(12,17)
2021	8.933.083,82	3,75
2022	9.268.074,71	3,75

Notas: As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconomico apresentada no demonstrativo I

Reserva de Contingencia

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	-	-
2017	-	-
2018	-	-
2019	367.064,00	-
2020	381.746,56	4,00
2021	396.062,06	3,75
2022	410.914,38	3,75

Notas: As reservas de contingencia dos anos anteriores não foram utilizadas. As projeções para os anos de 2019 a 2022 foram realizadas considerando a RCL dos exercicios de 2018, e as projeções de 2019,2020,2021,2022

Despesa Total

Metas Anuais	Valor Nominal	%
2016	43.019.931,32	48,03
2017	50.135.100,22	16,54
2018	51.556.164,04	2,83
2019	55.023.681,60	6,73
2020	57.157.725,00	3,88

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) x 100	% RCL (A/RCL) x 100	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) x 100	% RCL (A/RCL) x 100	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) x 100	% RCL (A/RCL) x 100
Receita Total	57.157.725,00	54.959.350,96	19,45	126,37	59.301.140,00	54.959.351,25	19,01	126,37	61.524.933,00	54.959.351,47	18,50	126,36
Receitas Primárias (I)	57.126.215,08	54.929.052,96	19,44	126,30	59.268.448,46	54.929.053,25	19,00	126,30	61.493.015,53	54.930.840,05	18,49	126,30
Despesa Total	57.157.725,00	54.959.350,96	19,45	126,37	59.301.140,00	54.959.351,25	19,01	126,37	61.524.933,00	54.959.351,47	18,50	126,36
Despesas Primárias (II)	56.479.729,31	54.307.432,03	19,22	124,87	58.597.719,47	54.307.432,32	18,79	124,87	60.795.134,20	54.307.432,54	18,28	124,87
Resultado Primário (III) = (I - II)	646.485,77	621.620,93	0,22	1,43	670.728,99	621.620,93	0,22	1,43	697.881,33	622.407,51	0,21	1,43
Resultado Nominal	(573.315,68)	(551.265,07)	(0,20)	- 1,27	(594.597,52)	(551.063,50)	(0,19)	(1,27)	(716.894,92)	(640.392,08)	(0,22)	(1,47)
Dívida Pública Consolidada	25.021.401,32	24.059.039,73	8,51	55,32	24.430.196,80	22.641.516,96	7,83	52,06	23.816.822,10	21.275.229,94	7,16	48,92
Dívida Consolidada Líquida	24.930.921,60	23.972.040,00	8,48	55,12	24.336.324,08	22.554.517,22	7,80	51,86	23.619.429,16	21.098.901,63	7,10	48,51

Metodologia de cálculo dos valores constantes: 2019/1,0385; 2020/1,04; 2021/1,079; 2022/1,1194625

2020 - índice de deflação:

(1 + (Taxa de Inflação de 2020/100))
(1 + (4,0/100)) = 1,04
1,0400

2021 - índice de deflação

(1 + (Taxa de Inflação de 2020/100)) x (1 + (Taxa de Inflação de 2021/100))
(1 + (4,0/100)) x (1 + (3,75/100)) =
(1,0400 x 1,0375) = 1,079

2022 - índice de deflação

(1 + (Taxa de Inflação de 2020/100)) x (1 + (Taxa de Inflação de 2021/100)) x (1 + (Taxa de Inflação de 2022/100))
(1 + (4,0/100)) x (1 + (3,75/100)) x (1 + (3,75/100)) =
(1 + 0,04) x (1 + 0,0375) x (1 + 0,0375) = 1,1194625

Variáveis	2020	2021	2022
PIB Brasil real (crescimento % anual) - Projeção	2,65	2,50	2,65
PIB Bahia real (crescimento % anual) - Projeção	2,50	2,30	2,50
Taxa Selic Efetiva (média % a.a)	8,00	8,00	8,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,75	3,8	3,75
Inflação Média (% anual projetada com base no IPCA)	4,00	3,75	4,00
Projeção PIB Bahia - R\$ milhares	R\$ 293.924.500,00	R\$ 311.907.500,00	R\$ 332.510.000,00
Projeção RCL	R\$ 45.232.114,24	R\$ 46.928.393,40	R\$ 48.688.608,15

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	52.207.000,00	20,18	128,25	51.394.424,18	18,02	124,23	(812.576)	(1,56)
Receitas Primárias (I)	51.764.888,00	20,01	127,16	51.368.186,33	18,01	124,17	(396.702)	(0,77)
Despesa Total	52.207.000,00	20,18	128,25	51.556.164,04	18,08	124,63	(650.836)	(1,25)
Despesas Primárias (II)	51.580.258,94	19,94	126,71	46.428.278,30	16,28	112,23	(5.151.981)	(9,99)
Resultado Primário (III) = (I-II)	184.629,06	0,07	0,45	4.939.908,03	1,73	11,94	4.755.279	2.575,59
Resultado Nominal	(3.949.365,70)	(1,53)	(9,70)	(521.423,25)	(0,18)	(1,26)	3.427.942	(86,80)
Dívida Pública Consolidada	26.033.601,63	10,07	63,95	26.139.155,94	9,17	63,19	105.554	0,41
Dívida Consolidada Líquida	22.694.580,06	8,77	55,75	26.660.579,19	9,35	64,45	3.965.999	17,48

FONTE: Balanço orçamentário 2018, Balanço Patrimonial 2018

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	48.852.451,26	51.394.424,18	5,20	55.023.681,60	7,06	57.157.725,00	3,88	59.301.140,00	3,75	61.524.933,00	3,75	
Receitas Primárias (I)	48.766.414,35	51.368.186,33	5,34	54.566.096,64	6,23	57.126.215,08	4,69	59.268.448,46	3,75	61.493.015,53	3,75	
Despesa Total	50.135.100,22	51.556.164,04	2,83	55.023.681,60	6,73	57.157.725,00	3,88	59.301.140,00	3,75	61.524.933,00	3,75	
Despesas Primárias (II)	45.701.517,44	46.428.278,30	1,59	53.047.602,67	14,26	56.479.729,31	6,47	58.597.719,47	3,75	60.795.134,20	3,75	
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.064.896,91	4.939.908,03	61,18	1.518.493,97	(69,26)	646.485,77	(57,43)	670.728,99	3,75	697.881,33	4,05	
Resultado Nominal	(2.164.805,78)	(521.423,25)	-75,91	(1.380.694,07)	164,79	(573.315,68)	(58,48)	(594.597,52)	3,71	(716.894,92)	20,57	
Dívida Pública Consolidada	26.556.342,69	26.139.155,94	-1,57	24.165.682,70	(7,55)	25.021.401,32	3,54	24.430.196,80	(2,36)	23.816.822,10	(2,51)	
Dívida Consolidada Líquida	26.660.579,19	26.660.579,19	0,00	21.313.885,99	(20,05)	24.930.921,60	16,97	24.336.324,08	(2,38)	23.619.429,16	(2,95)	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	48.852.451,26	51.394.424,18	5,20	52.755.207,67	2,65	54.959.350,96	4,18	54.959.351,25	0,00	54.959.351,47	0,00	
Receitas Primárias (I)	48.766.414,35	51.368.186,33	5,34	52.316.487,67	1,85	54.929.052,96	4,99	54.929.053,25	0,00	54.930.840,05	0,00	
Despesa Total	50.135.100,22	51.556.164,04	2,83	52.755.207,67	2,33	54.959.350,96	4,18	54.959.351,25	0,00	54.959.351,47	0,00	
Despesas Primárias (II)	45.701.517,44	46.428.278,30	1,59	50.860.597,00	9,55	54.307.432,03	6,78	54.307.432,32	0,00	54.307.432,54	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.064.896,91	4.939.908,03	61,18	1.455.890,67	(70,53)	621.620,93	(57,30)	621.620,93	0,00	623.407,51	0,29	
Resultado Nominal	(2.164.805,78)	(521.423,25)	-75,91	(1.123.771,88)	153,88	(551.265,07)	(58,36)	(551.063,50)	(0,04)	(640.392,08)	16,21	
Dívida Pública Consolidada	26.556.342,69	26.139.155,94	-1,57	23.169.398,56	(11,36)	24.059.039,73	3,84	22.641.516,96	(5,89)	21.275.229,94	(6,03)	
Dívida Consolidada Líquida	26.660.579,19	26.660.579,19	0,00	20.435.173,53	(23,35)	23.972.040,00	17,31	22.554.517,22	(5,91)	21.098.901,63	(6,45)	

FONTE: Anexo II Balanço Anual 2018, Projeção das Receitas para 2019, 2020, 2021, 2022

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

PATRIMONIO LÍQUIDO	2018		2017		2016		R\$ 1,00
		%		%		%	
Patrimônio/Capital	(226.385,26)	(11,47)	(3.601.400,61)	1.590,83	4.053.982,33	37,39	
Superavit/Deficit	2.200.036,75	111,47	3.375.015,35	(1.490,83)	6.787.119,99	62,61	
Ajuste de avaliação Patrimonial							
Resultado Acumulado	1.973.651,49	100,00	(226.385,26)	100,00	10.841.102,41	(301,02)	
Ajuste de exer anteriores		-		-	(14.386.555,46)	399,47	
TOTAL	1.973.651,49	100,00	(226.385,26)	100,00	(3.601.400,61)	98,45	

FONTE: Balanço Patrimonial de 2016, 2017 e 2018.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R\$ 1.00		
RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
DESPESAS EXECUTADAS		2017	2016	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos				
Inversões Financeiras		nada consta		
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
SALDO FINANCEIRO	2018	2017	2016	
VALOR (III)	(g) = ((Ia - II d) +	(h) = ((Ib - II e)	(i) = (Ic - II f)	
	-			

FONTE: Relatório de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2018, Balanço de 2017 e 2016

Nota :

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

**PREFEITURA MUNICIPAL CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receitas de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliária	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
Receita de Capital (II)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (IV) = (I + II-II¹)	-	-	-

nada consta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA (VI)	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-

nada consta

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(VII) = (V + VI)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	-	-	-
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES	2016	2017	2018
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2016	2017	2018
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO RPPS	2016	2017	2018
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de valores pré definidos			
Outros Aportes para RPPS			
Recursos Para Coberturas de Déficit Financeiro			
	nada consta		
BENS E DIREITOS DO RPPS	2016	2017	2018
Caixa e equivalente de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
FONTE:			

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS			
RECEITAS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (IX)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receitas de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliária	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
Receita de Capital (X)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	2.016	2.017	2.018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA (XIII)	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	nada consta		
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(XIV) = (XII+XIII)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI-XIV)²	2.016	2.017	2.018
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO RPPS	2016	2017	2018
Recursos para cobertura de insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIAS DOS SERVIDORES					
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	(a)	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d)

PLANO PREVIDENCIÁRIO					
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	(a)	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d)

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
			nada consta			
TOTAL						

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER CONTINUADO
2020

AMF Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2020
Descrição	Descrição
Aumento permanente da Receita	
(-) Transferencias Constitucionais	Nada consta
(-) Transferencias do FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+ II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	Nada consta
Novas DOCC gerada por PPP	
Margem Liquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal	171.746,56	Abertura de créditos adicionais a partir Reserva de Contingência	381.746,56
Epidemias (dengue)	10.000,00		
Amortização da Dívida fundada	100.000,00		
Precatórios/ Sentenças Judiciais	100.000,00		
TOTAL	381.746,56	TOTAL	381.746,56

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Convite



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 006/2019

REGÊNCIA LEGAL LEI FEDERAL 8.666/93, LEI COMPLEMENTAR 123/2006, 147/2014 E DEMAIS ALTERAÇÕES				
ÓRGÃO INTERESSADO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MODALIDADE CARTA-CONVITE Nº. 006/2019		PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 461/2019		
TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO DO LOTE		FORMA DE FORNECIMENTO PARCELADA		
I. OBJETO Contratação de empresa para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhames (botijões de gás GLP P13 kg vazio) visando atender a Prefeitura Municipal e demais secretarias, conforme especificações constantes do termo de referencia e demais anexos deste edital.				
VIII LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES.				
DATA: 30/07/2019 HORA: 10:00 hs LOCAL: Prefeitura Municipal de Coração de Maria – Ba (Sala de Licitações).				
IX DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Órgão	Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de despesa	Fonte de Recurso
20.200	02.02.00	2007	33903000	00
20.700	02.07.00	2051	33903000	00
20.300	02.03.00	2053	33903000	00
20.500	02.05.00	2180	33903000	02/14
20.501	02.05.01	2029	33903000	02/14
20.400	02.04.00	2019	33903000	01
20.400	02.04.00	2025	33903000	01/04/19
20.400	02.04.00	2069	33903000	01/04/19
20.600	02.06.00	2055	33903000	00
20.601	02.06.01	2040	33903000	00/29
20.601	02.06.01	2050	33903000	00/29
X VIGÊNCIA				
DA ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.				
XI LOCAL E HORÁRIO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL				

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA-BA, SALA DE LICITAÇÕES, DAS 08:00 HRS AS 13:00 HRS EM DIA ÚTIL

Sandro Murici de Oliveira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

XII – OBJETO

12.1 – A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para aquisição de **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhames (botijões de gás GLP P13 kg vazio)** visando atender a Prefeitura Municipal e demais secretarias, conforme especificações constantes do termo de referencia e demais anexos deste edital

12.2. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante, oferecer proposta para todos os itens.

12.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.3.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.3.2. ANEXO II – Planilha de quantitativos

12.3.3. ANEXO III – Minuta do contrato

12.3.4. ANEXO IV – Modelo de Credencial

12.3.5. ANEXO V - Modelo De Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

12.3.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos

12.3.7. ANEXO VII - MODELO Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

XIII - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

13.1. Poderão participar desta licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

13.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

13.2.1. Em formação de consórcio;

13.2.2. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

13.2.3. Em dissolução ou em liquidação;

13.2.4. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

13.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

13.2.6. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



- 13.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 13.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

XIV - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- 14.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº 8.666/1993, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores.

XV – CREDENCIAMENTO

15.1. Para fins de credenciamento, a empresa participante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a cópia e original Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, bem como de documento que o indica a participar deste procedimento licitatório e que contenha autorização para responder por sua representada (Licitante). A Credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e deverá vir acompanhada de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante;

15.2. Como documento válido de indicação para credenciamento somente será aceito Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, outorgando, ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes a licitação, em nome da empresa representada. Acompanhado de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário;

15.3. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação, mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato social e/ou outro documento constitutivo, devidamente registrado em cartório;

15.4. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social ou Requerimento de empresário, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, conjuntamente com o documento de identidade;

16.5. Não será admitida procuração com poderes gerais que não guardem especificidade com o Certame em referência;

16.6. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

16.7. Concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar a Presidente da CPL a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (ANEXO V)** e os envelopes da proposta de preços e dos documentos de habilitação, não sendo mais aceitas novas propostas;

16.8. Os Documentos de Credenciamento e a declaração acima citados serão entregues a Presidente da CPL em mãos, fora dos envelopes A - Doc. de habilitação e B – proposta de preços.

XVII – SESSÃO DE ABERTURA

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



17.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar a Presidente da CPL os seguintes documentos;

17.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

XVIII – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1. As licitantes deverão incluir no Envelope A – **HABILITAÇÃO** a seguinte documentação abaixo que poderá ser apresentada em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para ser autenticada pela Presidente da CPL ou Membros da CPL, em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação, podendo a Presidente, antes da homologação, solicitar o documento original para verificação.

Modelo:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE
MARIA- BA
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - A
MODALIDADE CARTA-CONVITE Nº 006/2019
SESSÃO DE ABERTURA 30/07/2019
HORÁRIO DA SESSÃO 10:00 H

18.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Presidente da CPL verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

18.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial. No caso de cópia autenticada por servidor da administração esta deverá ser na sala de licitações, em horário de atendimento ao público, até 01 (um) dia útil antes da abertura do certame.

18.4. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

18.5. Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

18.6. Habilitação Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (municipal ou estadual), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio da empresa licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união – (Nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014);
- f) Prova de regularidade relativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

18.5.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

18.6. A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 30 (trinta) dias antes da data de entrega do envelope de Habilitação;

18.7. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93

18.8. Documentações complementares:

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital;

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital;

c) Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante

d) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

e) Autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), fornecida pela agência nacional de petróleo- ANP, em plena validade, nos termos da Portaria da ANP nº 297, de 18/11/2003 – **no caso de revenda.**

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



f) Autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), fornecida pela agência nacional de petróleo- ANP, em plena validade, nos termos do art. 3º da Resolução ANP nº 15 de 18 de maio de 2005, **no caso de distribuidora.**

18.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

18.9.1. No caso de inabilitação, a Presidente da CPL retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

18.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

18.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Presidente da CPL suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma;

18.12. No julgamento da habilitação, a Presidente da CPL poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

18.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

18.13.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.13.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, a Presidente da CPL indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e conseqüente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

18.13.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

18.14. Da sessão pública da Licitação será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela Presidente da CPL e por todas os licitantes presentes.

XIX - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "B"

19.1. Envelope da proposta de preços, fechado e rubricado no fecho, opaco, contendo em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Modelo:

<p>RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA - BA PROPOSTA DE PREÇOS – B</p>
--

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



MODALIDADE CARTA-CONVITE 006/2019
HORÁRIO DA SESSÃO 10:00 H

19.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

19.2.1. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

19.3. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, em papel timbrado da empresa, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

19.3.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

19.3.2. Preço unitário e total por item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência e anexo II;

19.3.3. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

19.3.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas;

19.3.5. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência;

19.3.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação

19.3.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

19.4. Deverá ser entregue junto com o envelope da proposta comercial um CD contendo a planilha de preço da proposta correspondente, em formato EXCEL, com a formatação para moeda, duas casas decimais e preço em reais.

19.5. A proposta de preço deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento (caso seja o vencedor).

XX – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

20.1. O Presidente da CPL verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

20.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

XXI - RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da licitação, sempre de forma protocolada diretamente na sala de licitações.

21.1.1. Não será permitida consultas, recursos ou impugnações por outro meio que não seja o elencado no item 21.1.

21.2. Caberá a Presidente da CPL decidir sobre a petição no prazo de até 01 (um) dia útil.

21.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

21.4. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

21.5. Cabe a Presidente da CPL receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

21.6. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pela Presidente da CPL, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

21.7. O acolhimento de recurso, pela Presidente da CPL, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.8. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

XXII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. Não havendo a manifestação de recurso, a Presidente da CPL encaminhará para autoridade superior quanto a adjudicação e homologação.

22.2. Ocorrendo à manifestação da interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à proponente vencedora, homologando em seguida o procedimento licitatório.

XXIII – DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar o termo do contrato no prazo de até 10 (Dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

23.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

23.2. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta online ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

23.3. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

23.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

23.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

23.6. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

23.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.8. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

XXIV – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

24.1. O prazo de vigência da contratação será até 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogada nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em redtos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011

XXV – DO PREÇO

25.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, sendo apenas permitido o reajuste conforme índice compatível com a natureza do objeto, na hipótese de que eventuais aditivos contratuais venham a prolongar o prazo de vigência para além de 12 (doze) meses.

XXVI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

26.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

26.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

26.3. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

26.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

26.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



- 26.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 26.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 26.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 26.09. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- A CONTRATANTE obriga-se a:
- 26.10. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 26.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 26.12. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- 26.13. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

XXVII- DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

27.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

XXVIII – DO PAGAMENTO

- 28.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
- 28.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 28.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
- 28.3.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 28.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 28.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 28.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento,

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

28.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

28.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

28.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

XXIX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Dotação orçamentária que correrá tal despesa é:

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.200 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 02.02.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PROJETO/ATIVIDADE: 2007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.700 – SECRETARIA DE AGRICULTURA UNIDADE: 02.07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2051 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.300 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS UNIDADE: 02.03.00 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS PROJETO/ATIVIDADE: 2053 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.500 – SECRETARIA DE SAÚDE UNIDADE: 02.05.00 – SECRETARIA DE SAÚDE PROJETO/ATIVIDADE: 2180 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 02/14 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.501 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE: 02.05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROJETO/ATIVIDADE: 2029 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 02/14 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE: 02.04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 01 – RECURSOS PRÓPRIOS

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE: 02.04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2025 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 01/04/19 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE: 02.04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2069 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 01/04/19 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.600 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL UNIDADE: 02.06.00 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL PROJETO/ATIVIDADE: 2055 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.601 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02.06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROJETO/ATIVIDADE: 2040 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CREAS ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00/29 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.601 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02.06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROJETO/ATIVIDADE: 2050 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CREAS ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00/29 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

XXX – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1.1.** Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 30.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 30.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 30.1.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 30.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 30.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 30.1.7.** Fizer declaração falsa;
- 30.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 30.1.9.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até cinco anos;
- 3.1.10.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 30.11.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



30.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

30.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

30.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

XXXI - DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Presidente da CPL em contrário.

31.3. É facultada a Presidente da CPL ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

31.4. No julgamento da habilitação e das propostas, a Presidente da CPL poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.6. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

31.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.9. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

31.10. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Coração de Maria - BA, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas.

31.11. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos.

31.13. No ato da retirada do Edital o licitante deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo e acompanhado dos seguintes anexos:

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



- ANEXO I** - Termo de Referência
- ANEXO II** - Planilha de quantitativos
- ANEXO III** - Minuta do contrato
- ANEXO IV** - Modelo de Credencial
- ANEXO V** - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação
- ANEXO VI** - Modelo de declaração de Fatos Impeditivos
- ANEXO VII** - MODELO Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Coração de Maria BA, 22 de Julho de 2019.

Sandro Murici de Oliveira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhames (botijões de gás GLP P13 kg vazio)** visando atender a Prefeitura Municipal e demais secretarias.

JUSTIFICATIVA:

A presente licitação é motivada pela necessidade de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo– GLP, objetivando suprir a necessidade das diversas Secretarias municipais na manutenção das atividades de cozinha, copa e refeitório; Os bens, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos ofertados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

2- ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO:

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.
01	Recarga de Gás (GLP); composição básica butano e propano, capacidade da botija 13kg, normas técnicas ABNT, ANP e CNPQ. Com dispositivo de segurança para caso de aumento de pressão interna liberar o GLP, impedindo que ocorra explosão.	UND	1.050
02	Botijões vazios confeccionados em metal, resistente a impacto e com capacidade de 13kg, para acondicionamento de gás de cozinha(GLP)	UND	30

2.1- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93 Os produtos deverão ser entregues dentro de sua validade total.

3- DA FORMA E LOCAL DE ENTREGA

A entrega dos itens será conforme solicitação da Secretaria requisitante, devendo atender às condições estabelecidas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria requisitante.

3.1 – Caberá a Secretaria requisitante, a responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento do fornecimento referente aos objetos solicitados. A fiscalização a que se refere este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por eventuais danos causados ao município de Coração

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



de Maria ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

4- VALOR ESTIMADO

A Cotar

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.3. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- 5.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 5.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 5.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
- 6.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 6.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- 6.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7- PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência será fixado a partir da data da sua assinatura, e terá a duração até 31 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

8- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O prazo para pagamento será de até 30 (vinte) dias consecutivos, a contar da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura, mediante Ordem Bancária em conta corrente ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, de acordo com as exigências administrativas em vigor;
- b) Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, especialmente no que se refere às retenções tributárias;
- c) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- d) Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA nos sítios oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;
- e) Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com o devido "atesto", nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666 de 1993;
- f) Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- g) As despesas referentes ao objeto deste Termo correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal, existentes nas dotações, na data dos respectivos empenhos.

09 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. A Prefeitura Municipal de Coração de Maria reserva-se o direito de impugnar os itens entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações;
- II. A entrega deverá seguir o cronograma e o local indicado na ordem de fornecimento e o pagamento será conforme a quantidade entregue constante em cada nota fiscal emitida a esta Prefeitura;
- III. Serão recusados os itens/materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado;
- IV. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei;
- V. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- VI. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante
- VII. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado
- VIII. Autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), fornecida pela agência nacional de petróleo- ANP, em plena validade, nos termos da Portaria da ANP nº 297, de 18/11/2003 – **no caso de revenda.**

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



IX Autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), fornecida pela agência nacional de petróleo- ANP, em plena validade, nos termos do art. 3º da Resolução ANP nº 15 de 18 de maio de 2005, **no caso de distribuidora.**

Coração de Maria - Ba, 03 de Julho de 2019.

Washington Luis Ferreira de Oliveira
Secretario de Administração

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

MODALIDADE CARTA-CONVITE 006/2019
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ Nº:
RESPOSAVEL:
TEL/FAX.

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.
01	Recarga de Gás (GLP); composição básica butano e propano, capacidade da botija 13kg, normas técnicas ABNT, ANP e CNPQ. Com dispositivo de segurança para caso de aumento de pressão interna liberar o GLP, impedindo que ocorra explosão.	UND	1.050
02	Botijões vazios confeccionados em metal, resistente a impacto e com capacidade de 13kg, para acondicionamento de gás de cozinha(GLP)	UND	30

VALIDADE GERAL DA PROPOSTA: 60 DIAS

VALOR TOTAL: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: CONFORME EDITAL

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME EDITAL

(Nome da Cidade), __ DE _____ DE 2019.

(Nome de empresa)

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO III - MINUTA CONTRATO

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE MARIA** e a Empresa _____

CONTRATO Nº ____/2019

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA, Estado a Bahia**, com sede na Praça Araújo Pinho, Nº 14, Centro, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 13.883.996/0001-72, representada pelo Prefeito, Sr. **EDIMARIO PAIM DE CERQUEIRA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 387.255.685-15 e portador do RG nº 0249522810 SSP/BA doravante denominada CONTRATANTE e do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____._____/____-__, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato de prestação de serviço, devidamente autorizado mediante **Carta Convite Edital nº 006/2019** e **Processo Administrativo 462/2019**, Tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e pelas demais disposições pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para aquisição de **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhames (botijões de gás GLP P13 kg vazio)** visando atender a Prefeitura Municipal e demais secretarias

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/2019 e encerramento em 31/12/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. .Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
 2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
 2.1.7. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 – O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**;
 3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
 3.3 - Os preços são fixos e irrevogáveis, por ter o contrato prazo inferior da 12 (doze) meses. Em caso de prorrogação contratual, os preços contratados poderão ser objeto de revisão após 12 (doze) meses e de acordo com o disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante solicitação da empresa vencedora, desde que acompanhada da documentação que comprove a efetiva procedência do pedido;
 3.4 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação, de acordo com o art. 5º, § 3º, da lei 8.666/93.
 3.5 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Coração de Maria, inscrita no CNPJ/MF nº 13.883.996/0001-72, sediada na Praça Araújo Pinho, 14, nº – Bairro – Cidade Coração de Maria – BA, CEP: 44.250.000, neste Município.
 3.6 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.
 3.7 - Na execução deste Contrato, as despesas relativas à pessoal representam um total de xx (**xx por cento**), sendo os xx% (**xxxxxxxx por cento**) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.200 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 02.02.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PROJETO/ATIVIDADE: 2007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.700 – SECRETARIA DE AGRICULTURA UNIDADE: 02.07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2051 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.300 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS UNIDADE: 02.03.00 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS PROJETO/ATIVIDADE: 2053 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS ELEMENTO DE DESPESA:

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.500 – SECRETARIA DE SAÚDE UNIDADE: 02.05.00 – SECRETARIA DE SAÚDE PROJETO/ATIVIDADE: 2180 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 02/14 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.501 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE: 02.05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROJETO/ATIVIDADE: 2029 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 02/14 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE: 02.04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 01 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE: 02.04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2025 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 01/04/19 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE: 02.04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 2069 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 01/04/19 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.600 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL UNIDADE: 02.06.00 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL PROJETO/ATIVIDADE: 2055 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00 – RECURSOS PRÓPRIOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.601 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02.06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROJETO/ATIVIDADE: 2040 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CREAS ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00/29 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 20.601 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02.06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROJETO/ATIVIDADE: 2050 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CREAS ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.000000 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 00/29 – RECURSOS PRÓPRIOS/RECURSOS VINCULADOS

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



- 5.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 5.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

- 6.1 - A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento pela prestação de serviço do objeto do presente Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira deste Instrumento.
- b) na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes do presente Contrato, será acrescida ao valor dos mesmos a taxa de 0,01% ao dia, a título de compensação financeira, aplicada desde o dia imediatamente subsequente do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

7.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços com estrita obediência à descrição constante no orçamento e na planilha discriminativa;
- b) manter-se durante toda a vigência contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas e bem assim com as condições de habilitação fiscal e trabalhista.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

8.2 - Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, conforme Lei 8.666/93, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantida a ampla defesa.

8.3 - O MUNICÍPIO reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.

8.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
 Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
 CNPJ: 13.883.996/0001-72



9.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

9.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

9.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Coração de Maria -BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

12.2 - E por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Coração de Maria - BA, __ de _____ de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
EDIMARIO PAIM CERQUEIRA
CONTRATANTE

XX

REPRESENTANTE -
CONTRATADA

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO PROCURAÇÃO

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa- nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade **Carta-Convite nº 006/2019**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Município de, de de

(nome, carimbo e assinatura com Firma Reconhecida do representante legal da empresa).

APRESENTAR NA FASE DO CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019

MODALIDADE – CARTA-CONVITE

TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE

_____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº),
sediada no (a) _____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ___ de _____ de 2019.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

APRESENTAR NA FASE DO CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à
....., declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório **CARTA-CONVITE 006/2019**,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e Local

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



ANEXO VII – MODELO Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019

MODALIDADE – CARTA-CONVITE

TIPO – MENOR PREÇO DO LOTE

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no Inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim ()

Não ()

_____, de _____ de 2019.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Portaria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72

PORTARIA Nº 204/2019 de 19 de julho de 2019



Instaura Sindicância Administrativa e
designa Comissão Sindicante

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais contidas da Lei Orgânica do Município e com fulcro no art. 88 da Lei 8.666/93.

CONSIDERANDO o recebimento do ofício OFÍCIO Nº 15003/2019/NAC1-BA/BAHIA/CGU, referente ao processo nº 00205.100083/2019-58.

CONSIDERANDO o desconhecimento e necessidade de apurar os fatos apontados no relatório de fiscalização da CGU, referente as supostas irregularidades apontadas durante o processo licitatório relativo ao Pregão Presencial nº 006/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar instauração de processo administrativo e designar comissão sindicante para apurar os fatos apontados no relatório de fiscalização da CGU, referente contratação de empresa para terceirização de mão de obra especializada para atender as necessidades do Programa de Saúde da Família – FSF, CAPS e Secretaria de Municipal de Saúde do município de Coração de Maria – BA

Art. 2º. Ficam designados para compor a comissão sindicante os seguintes servidores:

I – PAULO EVANGELISTA DE CARVALHO – CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS

II – ROGÉRIO DOS SANTOS EVANGELISTA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

III – SANDRO MURICI DE OLIVEIRA – CHEFE DE GABINETE

Art. 3º. A comissão será presidida pelo servidor PAULO EVANGELISTA DE CARVALHO, a quem incumbirá após a apuração, o encaminhamento do relatório conclusivo à autoridade competente para decisão no prazo de até 30 (trinta) dias, podendo ser este prorrogado, caso haja necessidade.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

CORAÇÃO DE MARIA, 19 de Julho de 2019.

Edimário Paim de Cerqueira

Prefeito

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
Praça Araújo Pinho, 14 - Centro - Coração de Maria - Bahia - Cep: 44.250-000
CNPJ: 13.883.996/0001-72



PORTARIA Nº 205/2019 de 19 de julho de 2019

Instaura Sindicância Administrativa e
designa Comissão Sindicante

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais contidas da Lei Orgânica do Município e com fulcro no art. 88 da Lei 8.666/93.

CONSIDERANDO o recebimento do ofício OFÍCIO Nº 15003/2019/NAC1-BA/BAHIA/CGU, referente ao processo nº 00205.100083/2019-58.

CONSIDERANDO o desconhecimento e necessidade de apurar os fatos apontados no relatório de fiscalização da CGU, referente as supostas irregularidades apontadas durante o processo licitatório relativo à Concorrência Pública nº 001/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar instauração de processo administrativo e designar comissão sindicante para apurar os fatos apontados no relatório de fiscalização da CGU, referente a contratação de empresa para terceirização de mão de obra especializada e correlatos para atender as necessidades do Programa de Saúde da Família – PSF, CAPS e Secretaria de Municipal de Saúde do município de Coração de Maria – BA

Art. 2º. Ficam designados para compor a comissão sindicante os seguintes servidores:

I – PAULO EVANGELISTA DE CARVALHO – CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS

II – ROGÉRIO DOS SANTOS EVANGELISTA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

III – MARCIO JOSÉ DE JESUS – AUXILIAR DE FARMÁCIA

Art. 3º. A comissão será presidida pelo servidor PAULO EVANGELISTA DE CARVALHO, a quem incumbirá após a apuração, o encaminhamento do relatório conclusivo à autoridade competente para decisão no prazo de até 30 (trinta) dias, podendo ser este prorrogado, caso haja necessidade.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

CORAÇÃO DE MARIA, 19 de Julho de 2019.

Edimário Paim de Cerqueira
Prefeito